

Bolívia

## **A cegueira do poder**

Jorge Lazarte R.

A queda final foi o culminar de erros políticos, repetidos em mensagens contraditórias, vazios de decisão, decisões inoportunas, leituras simplistas da realidade, autismo político e interesses mesquinhos.

A Bolívia viveu um dos cataclismos políticos mais significativos da sua história, pela acção das maiores mobilizações sociais e políticas, que fizeram tremer as estruturas políticas e institucionais e puseram em grave risco a democracia. Mas foi também uma crise do governo e dos partidos, que se afundaram devido à cegueira suicida que deles se apoderou. Esta crise, como momento supremo de “verdade”, permitiu ao país ver-se no espelho da sua própria realidade.

Na conjuntura actual, a questão central foi o gás, que abriu a porta a todos os outros problemas e funcionou como detonador do descontentamento acumulado. A importância mobilizadora do gás compreende-se pelo contexto de pobreza, de desigualdades crescentes e de crise económica. Para muitos sectores, o gás apareceu como a última oportunidade para a resolução dos problemas do país e não queriam que os políticos decidissem sozinhos. Mas também é certo que este tema se cruzou com a questão da reivindicação marítima, e a probabilidade de a exportação ser feita por portos chilenos despertou sentimentos por vezes fortemente antichilenos.

Na crise emergiram problemas ligados ao funcionamento da democracia nos últimos 21 anos: défice de participação e de representação, impunidade e discricionariedade do poder e corrupção generalizada associada aos políticos. Foram igualmente explorados problemas relacionados com as políticas “neoliberais” aplicadas desde 1985, que não geraram crescimento económico, fizeram crescer a pobreza nos últimos anos e acentuaram a exclusão social, num país com uma das maiores desigualdades de distribuição de riqueza da América Latina. Finalmente, surgiram problemas históricos de longo prazo, que têm a ver com a integração nacional, com reivindicações étnico-culturais e com exigências de autonomia regional, que põem em cheque a estrutura unitária ou centralista do Estado.

A crise não deveria ter sido uma surpresa. No passado recente já tinham surgido indícios com a crise de Abril de 2000, com movimentos de rebelião social e étnica; nos resultados eleitorais de 2002, que afundaram o sistema tradicional de partidos; e na crise do “impuestazo” de Fevereiro deste ano, que já tinha causado cerca de 30 mortos.

De certa forma, pode-se afirmar que tudo começou com a mobilização para a paz de um sector de camponeses ligados a Felipe Quispe, o líder indígena e chefe do Movimento Indígena Pachakuti (MIP), em princípios da segunda semana de Setembro, reclamando o cumprimento de velhos acordos e acrescentando outros temas nacionais, incluindo o gás. A marcha contou com a participação da população maioritariamente migrante e *aymara* de El Alto, o que permitiu espalhar o movimento. No decurso desta mobilização, no início da segunda metade do mês, ocorreram as primeiras manifestações de grupos camponeses, vários deles exibindo velhas armas, que proclamavam em alta voz a “guerra civil”, o que logo seria repetido noutras concentrações.

Juntamente com este movimento, desenvolveram-se, até ao final do mês de Setembro, outras mobilizações sectoriais, com uma grande diversidade de origens sociais: cooperativistas, motoristas, reformados, organizações de moradores. Se este cenário já era conhecido, a novidade foi que esta diversidade teve como ponto de articulação e referência a questão do gás.

Já em plena mobilização, o “Estado Maior do Povo” e a Coordenadora de Defesa do Gás, promovidos pelo Movimento para o Socialismo (MAS), anunciaram mais mobilizações no que denominaram como “guerra do gás”, exigindo ao governo que “cedesse ou fosse embora”. O que resta da Central Obreira Boliviana (COB), por seu turno, também organizou manifestações em torno do mesmo tema central e com objectivos políticos radicais.

Esta primeira fase acabou a 20 de Setembro, com a tentativa do governo de libertar centenas de turistas em Warizata (localidade próxima de La Paz), quando ocorrem as primeiras baixas mortais. Estes factos fizeram com que várias embaixadas aconselhassem os seus cidadãos a não viajar para a Bolívia.

Seguem-se ainda maiores mobilizações e crescem os bloqueios. O governo afirma que não dialoga sob pressão, estratégia que se leva ao crescimento da mobilização. Nesta segunda fase, o governo continuou a pensar que poderia resolver o conflito com acordos sectoriais, negando-se a responder à questão central do gás. Sem decisões políticas

adequadas, os protestos foram crescendo em amplitude e profundidade. A 2 de Outubro, perante a “grave” situação, as mais importantes instituições de Santa Cruz, (departamento com maior dinamismo económico) emite um manifesto por uma “Nova República” com autonomias regionais, advertindo que, em caso contrário, cada região devia seguir o seu “próprio caminho”. Isto aumentou o dramatismo da crise, pois já não se tratava do gás mas sim de mudar a estrutura do Estado, o que certamente inquietou as Forças Armadas, muito zelosas da “unidade nacional”.

Tarija – departamento onde se encontram as maiores reservas de gás – não dizia outra coisa, receosa de perder as regalias do gás. Até então, a parte oriental do país tinha estado à margem do conflito – a partir daqui passaram a fazer parte da crise, tornando-a mais complexa e mais política, ou seja, cada vez menos negociável.

Na escalada do conflito foi decisiva a greve cívica em El Alto, que começou a 8 de Setembro e foi promovida por diversos sectores, principalmente pelas organizações de moradores. O governo decidiu-se pela intervenção das Forças Armadas para restaurar a ordem na cidade que se tinha levantado contra o governo, exigindo a renúncia de Sanchez de Lozada e que não se vendesse o gás. A acção militar do dia 12 de Outubro causou mais de vinte mortos, e no dia seguinte seguiram-se outros tantos em La Paz (já cercada pelos bloqueios), que também entra num processo de levantamento dos seus sectores populares. A partir de então, as duas cidades estarão completamente paralisadas até ao final do conflito.

Na noite do dia 12 o governo tenta uma abertura, comprometendo-se a “congelar” qualquer decisão sobre o gás até ao fim do ano e a levar a cabo um processo de “consulta nacional”. Mas nem sequer nesta situação se atreveu a propor um “referendo” sobre o gás. Em qualquer caso, o massacre tinha levado a um novo nível as mobilizações, até ao ponto de se tornarem totalmente políticas, com a única exigência, agora generalizada, da renúncia de Sánchez de Lozada.

O conflito entrava assim na etapa final, com a extensão das mobilizações, cada vez mais participadas, a outros departamentos do país, paralisando sucessivamente as cidades de Oruro, Cochabamba, Sucre e Potosí e impulsionando, por sua vez, novas manifestações em La Paz, particularmente de sectores mineiros e camponeses, com estes a ameaçar cercar a cidade. Com este crescimento, as manifestações deixavam de ser só de sectores contestatários e pobres, incorporando sectores da classe média, indignados com as mortes.

Uma peça essencial do processo foi a ruptura pública do então vice-presidente, Carlos D Mesa – em nome do princípio de que nada justifica as mortes. Sánchez de Lozada, por sua vez, nesse mesmo dia 13 de Outubro, reiterou que não ia renunciar, denunciando que estava em marcha um processo “sedicioso”, com financiamento externo, uma vez que o Estado Maior militar e da polícia lhe tinham garantido a sua confiança, cedendo, em boa parte, às pressões da embaixada americana e do Departamento de Estado.

Uma última tentativa para retomar a iniciativa foi protagonizada por Sánchez de Lozada, juntamente com os chefes dos partidos aliados, o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) e a Nova Força Republicana (NFR) – que tinha ameaçado romper a coligação se o governo não assumisse as três propostas. A 15 de Outubro propôs três pontos básicos, que tinham sido exigidos pela população: convocar o referendo, rever a lei de hidrocarbonetos e convocar uma Assembleia Constituinte. O que poderia ter sido uma abertura para uma saída negociada se tivesse sido apresentada em devido tempo, era, depois do massacre, inútil...

Sánchez de Lozada tinha-se recusado, nas semanas e meses antecedentes, a aceitar essas três propostas. Perante tal situação, temia-se uma acção por parte das Forças Armadas, que tinham advertido que actuariam com “firmeza” para apoiar a “ordem constitucional e governo legitimamente constituído”. Os sectores empresariais, por seu lado, tinham escolhido Sánchez de Lozada, perante o risco iminente de ruptura e a escassa confiança na força do governo constitucional que lhe sucedesse.

Quanto às Forças Armadas, o apoio mais seguro do governo, depois do massacre de El Alto começaram por retirar mas logo regressaram para evitar o descontrolo do país, mas deixando que as manifestações seguissem o seu curso crescente, até cobrir a maioria do país. As Forças Armadas não tinham, há já algum tempo, o desejo de intervir em prol da ordem pública por defeitos de actuação do governo.

Sabia-se, por outro lado, que existia descontentamento com a nomeação do Ministro da Defesa, Sánchez Berzaín, um político com muitas resistências na população, mas que tinha a confiança de Sánchez de Lozada. Perante a avalanche do levantamento civil e a alternativa de uma intervenção sangrenta e de duvidoso êxito, os comandos intermédios começaram a vacilar, como aconteceu com a companhia de blindados em Patacamaya, que deixaram passar centenas de mineiros para La Paz, depois de terem provocado duas baixas no dia anterior.

Quando o Estado Maior, na madrugada de 17 de Outubro, retirou o apoio a Sánchez de Lozada, o governo já era insustentável. Estava aberto o caminho à sucessão constitucional. A meio da manhã, a NFR faria o mesmo, seguindo-se, mais discretamente, o MIR. A equipa do governo mais próxima do presidente estava dividida e desesperada. Tudo isto precipitou a renúncia de Sánchez de Lozada e a sua decisão de abandonar o país.

Com a renúncia, o que poderia ser uma saída pelo desastre acabou por se processar por vias constitucionais, produzindo um verdadeiro sentimento de alívio na população.

Em todo este processo, o mais surpreendente foi a cegueira dos detentores do poder. A queda final foi o culminar de erros políticos, repetidos em mensagens contraditórias, vazios de decisão, decisões inoportunas, leituras simplistas da realidade, autismo político e interesses mesquinhos.

Era cada vez mais claro que o problema político era Sánchez de Lozada. Os seus aliados reclamavam uma gestão governamental menos imperial e muitas exigências implicavam a destruição do que ele próprio tinha feito no anterior mandato. O governo não mudava porque Sánchez de Lozada não podia mudar. Sánchez de Lozada acusou o MAS de Evo Morales e o MIP de terem tentado num processo golpista, ignorando que as mobilizações foram muito espontâneas.

Também foi cegueira afirmar que os manifestantes eram “0.1 % da população boliviana”, e foi insultuoso tentá-los fazer passar por “anarquistas e narcoterroristas”. Esta cegueira mortal impediu-o de ver a magnitude de um movimento, o que levou à sua queda.

A crise demonstrou a real existência de uma sede de mudança na população, mas é mais um sentimento do que um projecto claro e viável. Agora, ainda estão pendentes todos os problemas. O novo governo declarou que queria abrir uma nova época histórica, mas resta saber se tem os meios adequados para a concretizar. Não será fácil ultrapassar este complexo quebra-cabeças, perante os impacientes interesses contraditórios.